



**PROPOSTA DE LEI Nº 9/XI**  
**ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2010**

**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO**

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo parlamentar do CDS-PP, apresentam a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 9/XI:

**Artigo 111.º**

**Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário**

Os artigos 38.º, 39.º, 89.º, 90.º, 102.º, 148.º, 149.º, 150.º, 169.º, 183.º-A, 189.º, 191.º, 193.º, 196.º, 200.º e 224.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, abreviadamente designado por CPPT, passam a ter a seguinte redacção:

**Artigo 183.º-A**

**Caducidade da garantia em caso de reclamação graciosa**

1 - A garantia prestada para suspender a execução em caso de reclamação graciosa, impugnação judicial, recurso judicial ou oposição caduca se a reclamação graciosa não estiver decidida no prazo de um ano a contar da data da sua interposição ou se a impugnação judicial, o recurso judicial ou a oposição não estiverem julgados em 1.ª instância no prazo de dois anos a contar da data da sua apresentação.

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

Lisboa, Palácio de S. Bento, 3 de Março de 2010

Os Deputados